


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **3000205-75.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **GONÇALO PEREIRA DOS SANTOS**
 Requerido: **Cristiano Torres Pinto e outro**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustenta o autor que na ocasião em apreço seu filho dirigia automóvel de propriedade dele pela Rua Miguel Petroni, sendo abalroado no cruzamento com a Rua Virgílio Pozi por veículo pertencente ao primeiro réu e então conduzido pela segunda ré.

Almeja ao ressarcimento dos danos suportados a partir daí, tendo em vista que no local havia placa de sinalização de parada obrigatória não respeitada pela ré.

Os réus, a seu turno, não refutaram em contestação que o evento tivesse acontecido em cruzamento dotado daquela espécie de sinalização para o veículo dirigido pela ré.

Ressalvaram que se propuseram a arcar com o reparo do automóvel do autor desde que o filho dele fosse submetido a exame para verificação da dosagem alcoólica em seu sangue, o que não aconteceu.

Tais elementos levam à convicção de que no lugar da colisão a preferência de passagem era do veículo do autor, pois existia sinalização de parada obrigatória para a segunda ré.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

Isso basta ao acolhimento da pretensão deduzida, até porque não se apontou de maneira concreta em que medida eventual embriaguez do filho do autor alteraria o panorama traçado nos autos.

Nesse contexto, a possível recusa dele em submeter-se ao exame pertinente não teria o condão de eximir os réus de sua responsabilidade, cristalizada na inobservância da sinalização existente no cruzamento aludido, causa única do embate verificado.

A jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo perfilha esse entendimento, reputando a culpa exclusiva do motorista que desrespeita a placa de parada obrigatória por acidentes como o dos autos.

Nesse sentido: Apelação n. 9216893-17.2009.8.26.0000, rel. Des. **CARLOS NUNES**, j. 30.1.2012; Apelação n. 911938979.2007.8.26.0000, rel. Des. **EDUARDO SÁ PINTO SANDERVILLE**, j. 17.1.2012; RT 745/265.

Reconhece-se no mínimo a presunção de responsabilidade em situações dessa natureza, como já proclamou o mesmo Colendo Tribunal:

“RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPABILIDADE. LOCAL SINALIZADO COM PLACA “PARE”. PRESUNÇÃO DE CULPA. CTB, ART. 44. DANO MATERIAL. Presume-se a culpa do motorista que conduzindo seu veículo, em infringência da placa de sinalização de parada obrigatória, avança a via preferencial, causando acidente de trânsito. Em razão disso, inverte-se o *onus probandi*, cabendo a ele a prova de desoneração de sua responsabilidade” (Apelação n. 0002156-38.2006.8.26.0070, rel. Des. **CLOVIS CASTELO**, j. 26.3.2012).

“Acidente de trânsito. Danos materiais. Responsabilidade civil. Ação indenizatória. Motocicleta do primeiro réu que invadiu via preferencial. Inobservância da placa indicativa de “PARE”. Contexto probatório que anuncia culpa do condutor-réu. Via com sinalização de parada obrigatória. Presunção de culpa não afastada pelo réu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil” (Apelação n. 9131708-45.2008.8.26.0000, rel. Des. **VANDERCI ÁLVARES**, j. 21.3.2012).

“ACIDENTE DE TRANSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO DANOS MATERIAIS E MORAIS. Culpa exclusiva do demandado que, agindo de modo imprudente, invadiu cruzamento desrespeitando sinalização de parada obrigatória, interceptando a passagem da motocicleta conduzida pelo autor. Do acidente resultou sequelas na vítima, que lhe causa redução de sua capacidade de trabalho. Culpa exclusiva do requerido” (Apelação n. 3004644-04.2002.8.26.0506, rel. Des. **MARCONDES D'ANGELO**, j. 14.9.2011).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

No mesmo sentido: Apelação n. 0002826-62.2010.8.26.0482, rel. Des. **PAULO AYROSA**, j. 3.4.2012, Apelação n. 0002118-32.2008.8.26.0498, rel. Des. **LUIZ EURICO**, j. 27.2.2012 e Apelação n. 0103046-90.2009.8.26.0001, rel. Des. **CAMPOS PETRONI**, j. 28.6.2011.

O quadro delineado reforça a culpa dos autores, mesmo porque nenhum elemento concreto foi amealhado e sequer aventado para afastar a presunção que pesa contra eles.

De rigor, portanto, o acolhimento da pretensão deduzida, valendo assinalar que não houve impugnação concreta aos orçamentos que lhe deram suporte.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação e condeno os réus a pagarem ao autor a quantia de R\$ 2.060,00, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2013 (época de elaboração do orçamento de fls. 07/08) e de juros de mora, contados da citação.

Caso os réus não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 04 de fevereiro de 2014.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA